

**Matéria publicada no jornal “A Nova Democracia”, n. 101, janeiro de 2013.**

***Completamos em 2012 exatos 50 anos da histórica greve do 1/3 nas universidades brasileiras, ocorrida entre junho e agosto de 1962. A greve abarcou a maior parte das 40 universidades então existentes, mobilizando mais de 100 mil estudantes (...).***



### **Do crescimento da mobilização estudantil à deflagração da Greve**

O Brasil vivia, no início dos anos 1960, uma situação revolucionária em desenvolvimento: à tentativa de golpe fascista em 1961 as massas populares haviam respondido com vigorosa mobilização, frustrando os planos da reação; por outro lado, apesar da predominância do reformismo no movimento popular, alimentando ilusões com as “reformas de base” de Jango. A própria crise política e a preparação febril de novo golpe militar empurravam as massas para uma radicalização crescente. O número de operários em greve ascendia mês a mês. No campo, as Ligas Camponesas desfraldavam o lema de reforma agrária “na lei ou na marra”. Entre os estudantes, aonde ressoava com particular acuidade toda a luta ideológica que varria então o mundo, a ânsia por soluções radicais para os problemas enfrentados pela universidade brasileira crescia rapidamente.

Já no princípio dos anos de 1960 estourara a primeira mobilização de vulto contra a estrutura arcaica e antidemocrática da universidade brasileira. Os estudantes da Universidade Federal da Bahia deflagraram greve visando a derrubada do reitor Edgar Santos, que se encontrava à frente da instituição desde a sua fundação em 1946. Em consequência desta luta ocorre, na Bahia, entre 20 e 27 de maio de 1961, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (I SNRU) que resultará na “Declaração da Bahia”, onde o movimento estudantil formulará pela primeira vez uma pauta de transformações para a universidade. Menos de um ano depois, em março de 1962, ocorrerá em Curitiba o II Seminário Nacional de Reforma Universitária (II SNRU) que formulará então a reivindicação de 1/3 de participação estudantil nos órgãos colegiados. Na verdade, a Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1961, já previa em seu artigo 78 a participação estudantil naqueles órgãos, entretanto a regulamentação caberia justamente aos Conselhos Universitários que se lutava por democratizar. Daí a insatisfação dos estudantes com a LDB e a avaliação de que era necessário radicalizar a luta em defesa do co-governo.

Assim é que, em junho de 1962, será deflagrada a célebre greve do um terço. O período que vai entre o fim do II SNRU e o início da greve será de intensa atividade política nas universidades, com a diretoria da então autêntica União Nacional dos Estudantes organizando seminários, debates e mobilizações em praticamente todas as capitais do País, no que ficou conhecido como “*UNE Volante*”. Também o Centro Popular de Cultura – CPC [da UNE] participará da caravana, interpretando a peça “*Auto dos 99%*”, em referência ao setor da sociedade brasileira que estava excluído das universidades. Como o governo mostrava-se irredutível, os estudantes intensificaram a mobilização, ocupando o prédio do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, sendo daí expulsos pelas tropas do I Exército. Em algumas universidades chega-se a conquistar a reivindicação do um terço, como na Universidade Federal de Goiás e na Universidade Federal do Paraná, mas a intransigência do governo e a vacilação da diretoria da UNE conduzem ao desgaste do movimento e, em agosto, é suspensa aquela que é até hoje a maior greve estudantil da história do Brasil. (...).